

Aprendizados da luta camponesa em Goiás: experiências educativas (1970 - 1980)

Valtuir Moreira da Silva

da Universidade Estadual de Goiás - Itapuranga - Brasil
valtuir13@gmail.com

Eduardo Sugizaki

da Pontifícia Universidade Católica de Goiás - Goiânia - Brasil
sugizaki@pucgoias.edu.br

Resumo: Pensar os movimentos sociais no campo requer conhecer os inúmeros aprendizados e atos educativos que estão presentes em suas trajetórias históricas no Brasil. Revistando algumas fontes produzidas pela Diocese de Goiás, Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, publicações dos movimentos de luta por direitos à saúde, terra, educação formal dentre outras experiências da luta no campo, propõe-se apresentar uma versão possível das várias ações que se tornaram pedagógicas para os camponeses nos diversos municípios que compõem a Diocese de Goiás, principalmente, a partir das ações pastorais de D. Tomas Balduino, como bispo (1967-1998). O objetivo desse texto é demonstrar que houve processos de aprendizados que foram essenciais para o engajamento e envolvimento em vários movimentos sociais camponeses que legaram importantes experiências educativas populares. Leituras de Martins (1990), Brandão (1986), Pessoa (1999; 2005), Silva (2008), Freire (1983) dentre outros autores nos ajudaram entender a importância dos atos educativos que encontramos nas lutas e marchas dos camponeses em Goiás. “Lutemos todos para que as leis que favoreçam os grandes e prejudicam os pequenos sejam mudadas e substituídas por outras que valorizem aqueles que precisam da terra para nela trabalhar” (Goiás, 13/09/1980 – 11ª. Assembleia Diocesana).

Palavras-chave: Aprendizado; camponeses; luta; Goiás.

Introdução

Então, o que fizeram os posseiros? Fizeram um mutirão mais ou menos com quarenta pessoas, e arrancamos aqueles marcos. Bom! Isso aí, a gente tem que amostrar pra todo o pessoal, que a gente fez isso aí porque a gente tem atitude, a gente tem um direito que assiste a gente; e se a gente tem um direito, também tem força para conseguir este direito”

José Bernardino da Cunha – posseiro da Fazenda Manoneira – Fazenda Nova, 1981.

Há coisa de uns quatro anos, estávamos diante de uma caixa de materiais de informação alternativa da região do Vale do São Patrício. Era uma coletânea de boletins, notas públicas, cartilhas populares. Era impossível, com aquele material escrever a história específica de cada uma das lutas e conflitos trabalhistas e fundiários (alguns deles com consequências fatais para os trabalhadores, os pobres e os despossuídos), pois não havia como montar um acervo completo de cada caso. Sabe-se que a Comissão Pastoral da Terra tem, em Goiânia, um arquivo dessa natureza, embora em um percentual

pequeno dos casos haja uma massa arquivística suficiente para se construir toda a história de um conflito determinado. Quase sempre a historiografia das lutas populares são assim. Elas pululam aos milhares em nosso país como pelo mundo todo em que avançam os passos de pés de coturno do imperialismo capitalista mundial: imperialismo do uno, pois o capitalismo é uma forma de produção que se encaminha para a concentração absoluta e essa só se satisfaz quando tudo se torna um.

Relações capitalistas que sempre colocaram em prática o “cativeiro da terra”, como nos ensina Martins (1998), ao pensar o processo de exploração vivido na produção cafeeicultora, tanto dos colonos quanto dos escravos, demonstrando a concentração absoluta do capital. Assim, afirma:

O colono não era um trabalhador individual, mas um trabalhador que combinava as forças de todos os membros da família: o marido, a mulher, os filhos com mais de sete anos. Enquanto na escravatura o trato do cafezal era no eito, era efetuado por turmas de escravos, que era uma tarefa socializada, no regime de colonato passou a ser organizado em base familiar (1998, p. 82).

Com esse campo de contradições, certezas e incertezas foram se formando uma intensa rede de aprendizados que foram sendo socializados através do processo cultural, tal como nos ensinou Thompson (1998), entendendo que sempre uma troca entre o “escrito e o oral, o dominante e subordinado” (p. 17), nascendo os costumes que se tornam comuns. Arroyo (2011) afirma que “o movimento social no campo é educativo”, mesmo que parecem dispersas as experiências se tornaram aprendizados, asseverando assim:

A impressão que eu tenho é que há muita variedade de experiências, com significados muito diferentes, e o que importa é tentarmos entender estes significados, não para simplesmente aceitar tudo, mas para juntos nos colocar a seguinte questão: dessas experiências, quais delas ou que aspectos delas serão constitutivos de uma educação básica do campo? (p. 71)

Mas a impossibilidade de narrar cada uma dessas histórias em particular, e elas o merecem, não nos impede de vê-las em conjunto e, no lugar de pensá-las apenas como fragmentos de lutas, talvez fosse possível vê-las todas juntas como que compulsando esse arquivo fragmentado de tantas lutas mais ou menos dispersas e, simultaneamente, coordenadas pelo processo histórico: a luta de classes. Classe que se constitui:

Quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. A experiência de classe é determinada,

em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente. (Thompson, 1987, p. 10)

No que resultaram todas essas lutas e enfrentamentos? Não é possível dar a notícia de cada um deles. Mas resultaram numa aprendizagem que se espelha nas lutas do presente? Essa é uma conexão talvez mecânica e difícil de se fazer. Antes, no lugar de fundar uma certeza de que aquelas lutas de décadas passadas, sobretudo as décadas de 1970 e 1980, formaram e embasaram as lutas e os lutadores do presente, seria melhor aceitar que recuperar esses arquivos e narrar em rapsódia suas notícias esparsas tenha algum valor educativo hoje.

Afinal, está de volta em nossa década a inflação galopante daquele período que foi o pano de fundo econômico do vulto dos movimentos grevistas, das lutas pela saúde popular, das lutas pelos preços aceitáveis dos alimentos e dos remédios, das lutas pela terra e pela casa própria, e contra o latifúndio e a reserva imobiliária das casas para alugar. Lutas que engavetaram como inaplicável toda a legislação e todo aparato armado antisindical e antigrevista do Regime Militar. Lutas que já ecoam por todo o país, embora subsumidas pela imprensa corporativa.

Se o leitor de hoje e deste artigo faz a si mesmo o favor de buscar informar-se pelos meios de comunicação alternativos que retratam as lutas reais escondidas pela grande imprensa capitalista, ele vai se reconhecer neste passado dos boletins informativos dos sindicatos, das igrejas libertadoras, das associações de base. Hoje como ontem, notícias fragmentadas. Não temos como conhecer a fundo cada luta, entender os parâmetros de base de cada notícia, saber da história toda de cada caso. Sabemos, entretanto, que o conjunto das notícias daquela mídia alternativa como da nossa atual, aquela impressa a mimeógrafo, a nossa divulgada pelos sites do jornalismo alternativo, dizem respeito a uma só verdade fundamental: nós estamos continuando a luta contra o neoliberalismo iniciada décadas atrás. Luta essa que é parte do processo histórico analisada por Martins (1991), ao publicar *expropriação e violência*, narrando assim o contexto político vivido no campo:

Em nosso país, nos dias de hoje, o capitalismo articula, a um só tempo, ainda que em espaços distintos, a *expropriação* e a *exploração*, processos que, a rigor, se deram separadamente na história clássica do capital. O mesmo grupo econômico, nacional ou multinacional que utiliza técnica sofisticadas e contratuais na *exploração* do trabalho do operário em São Paulo ou nas grandes capitais europeias, utiliza a violência do jagunço, sobrepe o poder privado ao poder público, para *expropriar* o posseiro na Amazônia, e até mesmo emprega o trabalho escravo para abrir suas fazendas. (p. 17)

Que esse retorno ao nosso recente passado de lutas, retorno de rapsodo, estimule nosso leitor a pensar e a se posicionar em nosso presente. Instigados pela afirmação de D. Tomás Balduino, feito em sua homilia, em 19 de agosto de 1979, no município de Fazenda Nova, afirmando que:

Isso, meus irmãos, está revelando o que está por baixo das cinzas, o que está por baixo das aparências da nossa comunidade. Como é que o povo age quando está assim, com mil e um obstáculo para resolver seus problemas. Problemas de escola, problema de saúde, problema da terra. Interessante que o pessoal brinca com este negócio da terra; acha que é indiferente que a terra seja de poucos ou seja de todos os lavradores.

O arquivo dos boletins das lutas das décadas de 1970-1980

“Desejamos que vocês, posseiros de Fazenda Nova¹, fiquem firmes e não se arredem da terra que lhes pertence por direito” (Assembleia Diocesana, 13/ago/1980). A luta pela terra que sempre lhes pertenciam foram uma constata na vida e cotidiano dos camponeses em Goiás, deixando importantes aprendizados que foram sendo compartilhados com outros companheiros ao longo da sua trajetória. Experiências dos enfrentamentos, embates e muitas resiliências que marcaram esse “passado cheio de agoras”, como nos ensina Walter Benjamin (2004).

O objetivo desse artigo não é narrar a história de envolvimento da mediação da Diocese de Goiás, desde a posse de D. Tomás Balduino (1967-1998), como bispo, bem como de seus agentes de pastorais. O que nos motiva é pensar os vários aprendizados que foram sendo constituídos, experienciados e socializados ao longo das décadas de 1970/80. Assim, seja importante esclarecer que, o próprio envolvimento da Diocese com a causa e vivências dos camponeses se devem aos inúmeros aprendizados e olhares de um passado de exploração e expropriação vividos pelos trabalhadores do campo em Goiás, nesse caso específico, no campo de atuação Diocesano de Goiás. Apreenderam com um olhar para essa realidade camponesa. Tal como narra uma liderança da oposição sindical de Fazenda Nova, em 1980: “o que faz a união não é o fazendeiro, o que faz a união é os pobres, a união nasce da pobreza, porque a pobreza vê as dificuldades que ela tem”

Saliente-se que, as experiências educativas que estamos discutindo e procurando revista-las a partir das fontes que foram sendo acumuladas, nesses mais de 23 anos de

¹ Município de Goiás que faz parte do campo de atuação da Diocese de Goiás, região do Vale do Araguaia, local de luta dos posseiros da Fazenda Mamoneira.

pesquisa com o campesinato em Goiás, se torna um expediente importante para tentarmos demonstrar como os movimentos sociais produziram um processo educativo e formativo constante – um verdadeiro *habitus*. Daí, todo nosso esforço em fazer um relato do envolvimento e embates produzidos pelos camponeses em inúmeras ações, quer seja na luta pela terra, em relação à saúde pública, em prol das comunidades indígenas, das lavadeiras de roupa, dos meeiros, arrendatários e dos assalariados que foram sendo levados para as monoculturas, como da cana de açúcar, dentre outras capacidade de aprendizados que foram sendo socializados e representados nas comunidades dos 23 municípios que compõem essa territorialidade da Diocese de Goiás.

Os aprendizados foram sendo construídos na lide do dia a dia, na vida em comunidade, nas disputas jurídicas contra a expropriação da terra, nas inúmeras reuniões pastorais e diocesanas. Assim se constituiu um processo formativo para todos envolvidos, desde os agentes de pastorais, leigos, padres e principalmente para os camponeses que já viviam um processo de muita exploração/expropriação no campo, advindos do clientelismo, mandonismo e violência simbólica e física que marcou toda trajetória dos homens e mulheres que no campo viviam.

As fontes que nos inspiram são Boletins Diocesanos e outras publicações que nos deram tais pistas dos aprendizados socializados e cumulados. Um exemplo pode ser encontrado no Boletim Caminhada, de 09 de novembro de 1972, quando registra uma descrição de encontros de formação, envolvendo leigos e religiosos, procurando produzir uma análise das condições de vida do povo, em relação ao contexto da Diocese de Goiás, em sua grande maioria, formada por camponeses que viviam no e do campo, bem como, daqueles que já estavam vivenciando o processo de expropriação do campo, como discutido por José de Souza Martins (1990).

Apresentamos a seguir alguns dos temas publicados no referido Boletim de 1972: “gaúchos se reúnem”, “Diocese dividida em sub-regiões”, “Irmãs Carlitas”, “D. Tomás em reunião do CIMI”, “auxílio para missões”. Saliente-se que, todo esse processo formativo serviu para demonstrar a realidade já experienciada daqueles que vivem no cotidiano camponês, agora, com mais atores e interlocutores que ajudariam na mediação e feitura da luta.

Todo esse percurso, que chamamos de formativo, foi dando visibilidade para com os enfrentamentos sociais, políticos e econômicos vivenciados pelos camponeses. No Boletim de 1973, encontramos uma relação de lutas que estavam sendo travadas pelo povo em sua caminhada de lutas. O Boletim narra a luta por moradia popular na Cidade de Goiás, em parceria com o Comité Católico contra a fome e tendo o apoio de

três espanhóis que vieram para conhecer a situação e que puderam ajudar financeiramente. Registra e denuncia a expulsão de um aluno no Colégio Estadual de Jussara, em decorrência do mesmo ter feito parte da Equipe Pastoral de da Paróquia de Jussara, quando o aluno produzira um cartaz para semana da pátria trazendo os seguintes dizeres: “o amor ao Brasil deveria ser a união de todos na comunhão da paz e do trabalho”².

As expropriações dos posseiros da terra também fizeram parte dos registros importantes encontrados nas fontes por nós revisitadas. O caso em tela diz respeito a um posseiro do município de Jussara (GO), que vivia em uma terra devoluta, por mais 10 anos, fazendo-a produzir e tirando o sustento de sua família. “Quando o Estado resolveu vender o lote desse posseiro, sem edital e vistoria previa”. E que tal gleba de terra foi adquirida por um fazendeiro, como narrado pelo Boletim Diocesano de 1973.³ Demonstrando uma clara grilagem da terra.

O trabalho em comunidade também esteve presente no processo formativo dessas movimentações dos camponeses, fazendo uma representação de um passado camponês, como a feitura dos mutirões. Mutirão para o trabalho e solidariedade entre os companheiros na frente da luta ou para ajudar a consolidação de uma entidade representativa, como do Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

Encontramos registros dos mutirões no Boletim Diocesano, datado de dezembro de 1979, quando nos apresentado um processo de solidariedade que deveria ser apreendida por todos. Caso interessante fora a participação das mulheres camponesas, no município de Itaguaru (GO), que plantaram e cultivaram uma lavoura comunitária para formar um fundo que iria auxiliar nos trabalhos do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itaguaru. Também narra o mutirão das fiandeiras quando tal ambiente serviu como uma assembleia na qual discutiram seus problemas cotidianos vividos e procuraram as melhores estratégias para solucioná-los. Registre-se assim:

Com essas reuniões sai muito trabalho feito e a união vai aumentando. As mulheres estão descobrindo que são muito importantes e que sua tarefa não é só ficar em casa cuidando de panelas e filhos. [...] Ela tem, ao lado do homem um compromisso com a luta e está assumindo isso com muita coragem⁴.

² Retirado do Boletim Diocesano, ano VI, n. 66, 1973, p. 4.

³ Boletim Diocesano, ano VI, n. 66, 1973, p. 4.

⁴ Boletim Diocesano, dezembro de 1979, n. 108, p. 3.

A descrição densa das experiências educativas, quem sabe poderíamos chamar de *habitus* pensando no conceito de Pierre Bourdieu (2003), para demonstrar quão importante foram para muitos embates e que se tornaram aprendizados que serviram para muitas outras experiências do seu cotidiano. No mesmo Boletim encontramos narrativas de 200 lavadeiras da Cidade de Goiás, que usavam as águas do Rio Vermelho e outros riachos para lavarem as roupas das famílias mais abastadas da antiga capital. No entanto, em carta datado de 25 de novembro de 1979, encontramos um registrado que descreve como estavam sendo exploradas e que haviam discrepâncias nos preços pago para com o seu ofício de lavar, passar e dentre outros serviços. Momento no qual, resolvem fazer uma tabela única de valores para os serviços das lavadeiras da Cidade de Goiás.

No ano de 1979, no município de Fazenda Nova, na região de Bacilândia, um pequeno proprietário foi despejado de sua terra. A expropriação fora praticada por jagunços que chegaram à noite e mostraram um documento falso de despejo, sem contar as ameaças para com os moradores do sítio. A expropriação fora patrocinada pela empresa Reunidas, proprietária de uma fazenda que fazia divisa com a terra de Jandiro. O despejo se consumou e o sindicato passou a encampar a luta da família expropriada.

A luta pela saúde pública também trouxe ensinamentos. Em relação à luta pela saúde pública encontramos narrativas importantes que marcaram e ainda marcam a experiência da luta que envolveram os camponeses em Goiás. Embates vividos nos municípios de Ceres e Itapuranga, quando os trabalhadores rurais passaram a denunciar a falta de atendimento pelos Instituto Nacional de Previdência Social (INPS). Em Ceres, os enfrentamentos em prol do Hospital Pio XII e, em Itapuranga, na criação da Associação Popular de Saúde.

Em 1979, o Boletim Diocesano narra toda a dificuldade da população do município de Itapuranga em conseguir atendimento público conveniado, em 4 hospitais particulares na cidade. Denunciam que os médicos desses hospitais não mais aceitavam convênio com o INPS, tudo para que os seus lucros fossem aumentados, com os atendimentos particulares. “O povo está se reunindo para tomar providências. Através de um grupo de jovens está fazendo levantamento para ver quantas pessoas descontam o INPS e querem o atendimento na cidade” (1979, p. 6).

Na cidade de Santa Fé de Goiás toda comunidade reuniu-se em assembleia para reivindicar o pronto atendimento no Posto de Saúde. Através da reunião na qual estiveram presentes “lavradores, lavadeiras, domésticas, carpinteiros, sapateiros, boia fria, pedreiros, barbeiros, etc.”. Com essa reunião comunitária importantes conclusões

foram retiradas e apresentaram suas demandas ao poder público municipal através de abaixo assinado, convidando o prefeito para uma reunião e questionaram o papel essencial e humanizado que devem ter os profissionais de saúde que atenderá o povo.

Encontramos um processo formativo desses aprendizados quando da implantação das lavouras de cana de açúcar do Vale do São Patrício. Ao final da década de 1970, tal região se tornou um território atrativo para implantar usinas de álcool – Itapuranga, Carmo do Rio Verde e Itapaci. Em Itapuranga, a chegada da indústria canavieira interferiu nas relações de trabalho e na própria condição de exploração da mão de obra que fora empregada no processo produtivo sucroalcooleiro. Com a política de apoio público, através do Pró álcool (1975), instalou no município de Itapuranga, na década de 1980, a Usina Pite S/A. O discurso hegemônico propalado à época: que a industrial de álcool estaria fazendo a região se desenvolver e progredir.

De outro, vamos encontrar um intenso debate produzido por entidades de mediação como Sindicato e Diocese de Goiás que passaram a questionar se tais investimentos seriam benéficos para uma região que tinha em sua grande maioria pequenos e médios produtores. O Boletim Diocesano de 1979, elenca alguns fatores que deveriam estar sendo analisados com a chegada do plantio da cana de açúcar nas terras do município. Assim relata:

- O povo já observou toda essa manobra está contra porque:
- a melhor terra será ocupada com cana;
 - os preços dos mantimentos vai subir porque vai diminuir o povo que planta;
 - virá muita gente de fora e o povo do lugar vai ficar sem trabalho;
 - vai aumentar os boias-frias e muita gente vai ficar vagando pela cidade, sem emprego;
 - poluição vai tomar conta da cidade;

Um processo de intensa interlocução foi criado, não somente pelas entidades mediadoras, mas entendemos que é fruto do esforço dos camponeses e trabalhadores que estiveram em muitas frentes de luta, pelos direitos humanos. Bem como, encontramos fontes, como panfletos, jornais e informativos que contam um pouco dos aprendizados que foram sendo cumulados nesse processo histórico dos camponeses.

No Boletim de 1979, encontramos uma matéria que nos informa sobre a criação de um informativo chamado de “Voz dos Trabalhadores”. Tal intento nasceu depois de um processo de escuta, luta, reuniões e assembleias do Movimento do Custo de Vida do Estado de Goiás. Tal movimento trouxe visibilidade e contribuiu para que em Itapuranga, em 1981, nascesse a Associação das Comunidades de Baixa Renda, cujo objetivo era enfrentar o surto inflacionário e buscar alternativas para uma

comercialização de produtos com preços mais acessíveis aos camponeses. Assim, definiu Nello Bononi⁵, um dos idealizadores da entidade:

Associação surgiu em nossas casas, comprava os produtos e vendia ali mesmo para os vizinhos e depois a ideia pegou e fomos aumentando o grupo até constituir esta ACBR. Mas foi uma vontade de todos. O pessoal comprava roupa pela metade do preço e também material escolar para os filhos dos associados (Silva, 2008, p. 173).

Os aprendizados estavam sendo produzidos em vários espaços, como o descrito em uma publicação mimeografada, datada de 09 de junho de 1977, realizado em São Patrício: “encontro de violeiros regional”. Estiveram presentes no encontro de violeiros representantes camponeses de Itaguaru, Ceres, Uruana. Como registrado no documento, o encontro não era somente de cantoria, mas seria um momento de aprendizados para terem nas letras e musicalidades “um encontro sério”.⁶ A seguir descrevemos a metodologia do encontro:

Diante disso, a Equipe resolveu dividir mais ou menos os trabalhos do dia. Em 1º. lugar seria lançada duas questões para serem respondidas em “Grupos” e logo após plenário. Em segundo lugar seria a “Apresentação” das letras de cada um. Em terceiro lugar, se sobresse tempo, um “Forró”. Foi o primeiro encontro deste tipo que houve. Não seria apenas um encontro para “cantar e divertir”, mas uma espécie de “Avaliação”.⁷

Avaliação que servia como aprender e manter a luta viva no cotidiano dos camponeses. Tal sonho da terra repartida e em busca de justiça social fizeram parte de apresentações teatrais em vários encontros. O destaque que apresentamos foi registrado pelo Boletim Diocesano (maio de 1980, p. 5), quando nos possibilita entender a importância dos ensinamentos através de atividades lúdicas, como vimos anteriormente, com a música, neste caso, com a apresentação teatral.

⁵ Nello Bononi, ítalo-brasileiro, que chegou em Itapuranga (GO), em 1967, como Padre da Igreja Católica. Com a chegada do bispo D. Tomás, encontrou apoio para a defesa dos pobres e explorados da comunidade itapuranguense. Esteve com pároco da Paróquia Nossa Senhora de Fátima em Itapuranga até 1971, quando deixou o celibato para casar-se. Mas manteve-se como uma importante liderança e apoiadores dos movimentos dos camponeses na região. Quando encampa e ajuda na criação da Associação das Comunidade de Baixa Renda de Itapuranga.

⁶ Panfleto Mimeografado do encontro de violeiros regional, realizado na residência do Senhor Adão da Lagoa, durando 1 dia.

⁷ Panfleto Mimeografado do encontro de violeiros regional, realizado na residência do Senhor Adão da Lagoa, durando 1 dia.

O grupo fora idealizado em Ceres, por jovens filhos de camponeses e agentes pastorais, que encenaram a peça “Terra sem lavrador”. O relato trata de uma apresentação em reunião com representantes do povo do Bairro João Francisco (Cidade de Goiás), Santa Fé, Britânia e Nova Glória, Porto Nacional, Fazenda São Joao, Carmo do Rio Verde e Ceres. O resumo do conteúdo da encenação pode ser registrado a partir do relato descrito no Boletim:

A peça retrata a realidade do povo. Enfoca a cobiça pela terra, a concorrência entre as empresas e a trama entre os grandes para tomar a terra dos mais fracos. Por outro lado, mostra a situação da vida do povo, as dificuldades de todo o tipo, a pobreza e a miséria (Boletim Diocesano, maio, 1980, p. 5).

Temas da realidade da violência vivida pelos camponeses em vários municípios goianos fazem parte dos aprendizados, como retratado no Boletim Diocesano, datado de dezembro de 1980, n. 110, quando narra a situação dos posseiros da Fazenda Mamoneira, no município de Fazenda Nova (GO). Nessa sociabilidade vivida no processo de tentativa de grilagem das terras, ameaças e perseguições sofridas pelos posseiros que estavam trabalhando a terra por várias décadas vamos encontrar saberes compartilhados. No processo da luta receberam apoio da Comissão Pastoral da Terra e da Diocese de Goiás, bem como, narra a visita de dois trabalhadores que vieram de Itaguaru (GO) para dar solidariedade na luta.

Também o Boletim Diocesano (mai, 1980, p. 6) faz uma descrição da violência sofrida por camponeses que estavam na luta, como o ocorrido no dia 19 de agosto de 1980, quando do assassinato de Joaquim Ferreira Abadias, no município de Jussara (GO). Durante a missa de sétimo dia, como narrado na fonte, fizeram-se presentes camponeses dos municípios de Britânia, Itapirapuã, Itaberaí, São Benedito e Mossâmedes. A seguir apresentamos uma narrativa do conteúdo da matéria:

Toda cerimonia (missa de sétimo dia) foi um ato de repúdio dos lavradores contra o que classificaram como a “institucionalização da violência contra a classe trabalhadora, onde o assassinato do companheiro Joaquim é apenas mais um exemplo entre tantos crimes impunes” (Boletim, maio, 1980, p. 6).

O campo de violência se mantém em Goiás, o Boletim Caminhada (1984), nos descreve uma ameaça de expropriação sofrida por pequenos proprietários no município de Goiás. O evento aconteceu com os pequenos proprietários da Fazenda São José do Descanso, patrocinada pelo fazendeiro Braz Prexebe dos Santos (Braz Trovão). Com ameaças sofridas de despejo, desde fevereiro de 1980, tanto por policiais militares quanto

por um oficial de justiça, conseguiram retirar duas famílias de suas terras: Heleno Sebastião dos Santos e Loviano Monteiro dos Santos. A seguir podemos visualizar a descrição noticiada:

A mudança dos Sr. Heleno foi despejada no meio da rua, na cidade de Itapirapuã, depois de terem arreventado a porta de sua residência, lá na roça. Heleno resiste e volta para a terra, e na 4ª. Feira de cinzas, às 14:00 hs recebe novamente em sua casa, a visita desagradável de um dos capangas do grileiro, munido de trator, a fim de cumprir a ordem de “derrubar o curral”. (Caminhada, março/abril, 1984, p. 9).

Os atos educativos fizeram parte do cotidiano dos camponeses em Goiás, quer seja como processo formativos produzidos na experiência dos embates e outros espaços, bem como, com salas de aulas formais. No ano de 1981, na comunidade da fazenda Laranjal, município de Itapuranga (GO), um grupo de homens e mulheres do campo buscaram constituir um espaço de educação popular.

A recepção de educação popular fora produzida nascera com famílias na comunidade do Laranjal e, logo em seguida, abriram uma outra sala na comunidade da Guaraíta, hoje município que divisa com o Itapuranga. Nessa escola popular as professoras que fizeram parte do projeto tiveram o apoio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Paróquia Nossa Senhora de Fátima e dos próprios camponeses que participaram da experiência educativa formal.

Tudo se aprendia na escola popular, quando foi utilizado os aprendizados de Paulo Freire, com o método das palavras geradoras, demonstrando que, os camponeses estavam envoltos com uma importante escola, da vida. Todo esse intenso processo serviu para fazer com que houvesse a alfabetização de adultos e um espaço importante de reflexão da luta, labuta e da vida experienciada pelos camponeses em Goiás e Brasil.

O objetivo da Escola Popular seria ler e escrever conscientizado, como registra o Boletim Caminhada:

Há três anos que começou uma experiência de EP (educação popular), primeiro nas comunidades do Laranjal e Guaraíta. Este ano começou na cidade e, está funcionando no salão do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e conta com 33 alunos (adultos).

O objetivo dessa Escola é ler e escrever conscientizando, com o jeito a partir do povo e não com o método oficial de ensino. A escolinha é uma ferramenta que se ajunta as outras para a Caminhada de Libertação. (Março/abril, 1984, p. 12)

Enfim, a EP nasce como mais uma demonstração de que a trajetória de vida e luta dos camponeses se encontravam consigo mesmo. Na sala de aula não foram levados conteúdos de fora para dentro, mas os temas e as “lições” produzidas estavam relacionadas às inúmeras atividades para enfrentar o processo capitalista excludente e

(des)trutivista existe para com os camponeses. Nesse processo educativo e formativo, sala de aula e a escola da vida, havia um intenso viver e reviver das lutas, desafios e enfrentamentos que eram vividos pelos camponeses ao longo de sua história de vida.

Atos educativos que serviram de inspiração para a poetização popular desse mundo capitalista que chegava no campo e estava ameaçando a natureza e ecologia do mundo camponês. Jose Lemes, poeta popular de Itapuranga, participante da Escola Popular do Laranjal e das muitas lutas em prol dos homens e mulheres do campo e que narrou poeticamente o seu grito ecológico:

Grito Ecológico

1 °

Gritem agora
Antes que seja tarde demais
Parem com o desmatamento
E deixem os índios em Paz

2 °

Tiram dos índios
O jeito de se viver
Usando a força e o
Poder e a ganancia
Por riqueza atrás de
Ouro e madeira preciosas
E nesta ação criminosa
Depredam a natureza

3 °

Nosso país está
Virando um deserto
Estou sentido de perto
A dor da destruição
Nosso planeta
Pode estar perto do fim
Se continuar assim
Já não tem mais solução.

Os aprendizados da luta camponesa em Goiás foram férteis e estiveram sendo socializados no cotidiano desses atores sociais. Como vimos ao longo dessa digressão há um processo de embates contínuos e que se representam em várias experiências dos camponeses em Goiás. Importante destacar que os aprendizados se fizeram na vida, nas reuniões, nas lutas pela terra, saúde pública, por educação formal; assumem os embates das lavadeiras de roupas, da cultura popular e do enfrentamento do custo de vida. Tudo são aprendizados que foram essenciais no processo de formação política e social para os homens e mulheres em sua trajetória na vida no campo.

Considerações finais

Quando se trata de fazer a história das lutas populares enfrentam-se todo tipo de obstáculo porque a história das lutas dos pobres é como a história das famílias pobres: há pouco ou nenhum documento. Daí, o esforço de fazermos um escopo das vivências dos homens e mulheres no campo procurando costurar, fazer a trama, como dizem as tecedeiras, para dar visibilidade no processo intenso e vivo dessa luta que ainda continua intensa.

Ao olharmos a histórica da humildade, apreendemos que os Reis e Rainhas tiveram seus escribas, depois que a burguesia criou seus próprios sistemas de arquivar sua história, os últimos de cada sistema de exploração continuam quase sempre sem voz e sem história. Parece que esses últimos – a luta popular, não contava.

Houve um momento, nas décadas de 1970 e 1980, em que sujeitos sociais de classe média, nas igrejas, nas universidades, nos partidos, fizeram a opção contrária a que tende a pequena burguesia. No lugar de imitar os de cima, de servir-lhes como massa de anteparo dos conflitos sociais, optou e comprometeu-se com os de baixo. Foi uma opção anti-burguesa porque isso não enriqueceu, não gerou acumulação de capital. Antes, foi um esforço de colaboração com projetos de distribuição de renda, de socorro aos desvalidos, de saúde comunitária, de produção familiar de subsistência e de comercialização local etc. Tudo isso está espelhado de maneira muito dispersa nos boletins das organizações de base que o presente artigo percorreu. Se parte dessa pequena burguesia se encastelou em lugares colaboracionistas de lutas estritamente parlamentares, se setores sociais, como nas igrejas, se comprometeram novamente com a preservação da ordem social, pode ser que haja e deve haver herdeiros do caráter revolucionário que as lutas aqui narradas tinham.

Vai chegar a hora de fazer-lhes a história também. Certamente, essa história pode ser lida, antes que a historiografia a construa, nos boletins de nossos dias. Quiçá o nosso leitor tenha, com o presente texto, aceitado a buscá-las e aceitá-las com esse caráter fragmentário que elas ainda hoje chegam a nós: estoura uma greve na Companhia Siderúrgica Nacional; os professores da rede pública do Estado de São Paulo enfrentam agressão policial; os indígenas do Mato Grosso do Sul lutam contra a miséria a que estão condenados pela destruição de seus territórios originais pelo avanço do agronegócio e assim vai: lutas pontuais; conflitos dispersos. Todos eles signos e acontecimentos de um enfrentamento só: o desapossamento que o capitalismo impõe contra a maioria e a concentração de toda a riqueza em cada vez menos mãos.

Learning from the peasant struggle in Goiás: educational experiences (1970 - 1980)

Abstract: Thinking about the social movements in the countryside requires the numerous learning and educative acts that are present in its historical trajectory in Brazil. Searching some sources produced by the Diocese of Goiás, Rural Workers Unions, publications of the movements for health rights, land, formal education among other experiences of the struggle in the countryside, proposes to present a possible version of the various actions that have become pedagogical for peasants in the various municipalities that make up the Diocese of Goiás, mainly, from the pastoral actions of D. Tomas Balduino, as bishop (1967-1998). The purpose of the communication is to demonstrate that there was a process of learning that was essential for engagement and involvement in various peasant social movements that bequeathed important popular educational experiences Reading by Martins (1990), Brandão (1986), Pessoa (1999; 2005), Silva (2008), Freire (1983) among other authors who help us understand the importance of the educational acts we encounter in the struggles and marches of peasants in Goiás. "Let us all fight for the laws that favor the great and harm the small to be changed and replaced by others that value those who need the land to work on it" (Goiás, 13/09/1980 - 11th. Diocesan Assembly).

Keywords: Learning; peasants; struggle; Goiás.

Aprendiendo de la lucha campesina en Goiás: experiencias educativas (1970 - 1980)

Resumen: Pensar en los movimientos sociales en el campo requerir conocer innúmeras aprendizajes y actos educativos que están presentes en su trayectoria histórica en Brasil. Registrando algunos recursos producidos por la Diocese de Goiás, Sindicato de los Trabajadores Rurales, publicaciones de los movimientos de lucha por derechos a la salud, tierra, educación formal, dentre otras experiencias de la lucha en el campo, se propone presentar una versión posible de varias acciones que se volvieran pedagógicas para los campesinos en los diversos municipios que componen la Diocese de Goiás, principalmente, a partir de las acciones pastorales de D. Tomas Balduino, como obispo (1967-1998). El objetivo de la comunicación es demostrar que hubo un proceso de aprendizajes que fueron esenciales para el compromiso y participación en varios movimientos sociales campesinos que legaron importantes experiencias educativas populares. Lecturas de Martins (1990), Brandão (1986), Pessoa (1999; 2005), Silva (2008), Freire (1983) entre otros autores que nos ayudaran comprender la importancia de los actos educativos que encontramos en las luchas y marchas de los campesinos en Goiás. "Luchemos todos para que las leyes que favorecen los grandes y perjudican los pequeños sean cambiadas y sustituidas por otras que valoran aquellos que necesitan de la tierra para en ella trabajar" (Goiás, 13/09/1980 - 11ª. Asamblea Diocesana).

Palabras clave: Aprendizaje; campesinos; lucha; Goiás.

Referências

AMADO, Wolmir. **A igreja e a questão agrária no Centro-Oeste do Brasil – 1950-1968**. Goiânia: Ed. UCG, s.d.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro, 2003.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues; RAMALHO, José Ricardo. **Campesinato goiano: três estudos**. Goiânia: Ed. UFG, 1986.

CERTEAU, Michael. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. 6. ed. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 2001.

IOKOI, Zilda Gricoli. **Igreja e camponeses: teologia da libertação e movimentos sociais no campo – Brasil e Peru (1964-1986)**. São Paulo: Hucitec, 1996.

LINHARES, Maria Yedda; SILVA, Francisco Carlos Teixeira. **Terra prometida: uma história da questão agrária no Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. São Paulo: Hucitec, 1998.

_____. **Expropriação e violência: a questão política no campo**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1991.

_____. **Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. 4. ed. São Paulo: Vozes, 1990.

PESSOA, J. M. **Saberes em festa. Gestos de ensinar e aprender na cultura popular**. Goiânia: Kelps, 2005.

PESSOA, Jadir de Moraes. **A Igreja da denúncia e o silêncio do fiel**. Campinas: Editora Alínea, 1999.

SILVA, Valtuir Moreira. **Itapuranga e a (re)invenção da história**. Goiânia: Editora Vieira, 2008.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. Tradução de Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. **A formação da classe operária inglesa. Árvore da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

Fontes e documentos

Boletim da comunidade Fazenda Nova, 19 de agosto de 1979.

Boletim ato público em solidariedade aos posseiros da Mamoneira, Fazenda Nova, 08 de fevereiro de 1981.

Boletim da Assembleia Diocesana, 13/ago/1980.

Boletim Diocesano, 1972.

Boletim Diocesano, ano VI, n. 66, 1973.

Boletim Diocesano, dezembro de 1979, n. 108.

Boletim da Diocese de Goiás, ano XII, n. 107, out/1979.

Boletim da Diocese de Goiás, ano XIII, n. 109, mai/1980.

Boletim da Diocese de Goiás, ano XIII, n. 110, ago/1980.

Boletim Caminhada, março/abril, 1984.

Boletim da 11ª. Assembleia Diocesana, Goiás, 13/09/1980

Panfleto Mimeografado do encontro de violeiros regional, realizado na residência do Senhor Adão da Lagoa.

Sobre os autores

Valtuir Moreira da Silva - Professor no Curso de História na UEG unidade de Itapuranga (GO). Mestre e doutor em História.

Eduardo Sugizaki - Professor no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em História – PUC Goiás. Pós-Doutor em Filosofia pela UNIFESP. Doutor em Filosofia pela Universidade da Picardia Jules Verne. Doutor em História e Licenciado e Mestre em Filosofia pela UFG.

Recebido para avaliação outubro de 2022

Aceito para publicação dezembro de 2022